

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO
CONVERSÍVEIS OU PERMUTÁVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO.


emitida por


ELETROSOM S.A.

em

29 DE AGOSTO DE 2013

MCF - 1144177v1



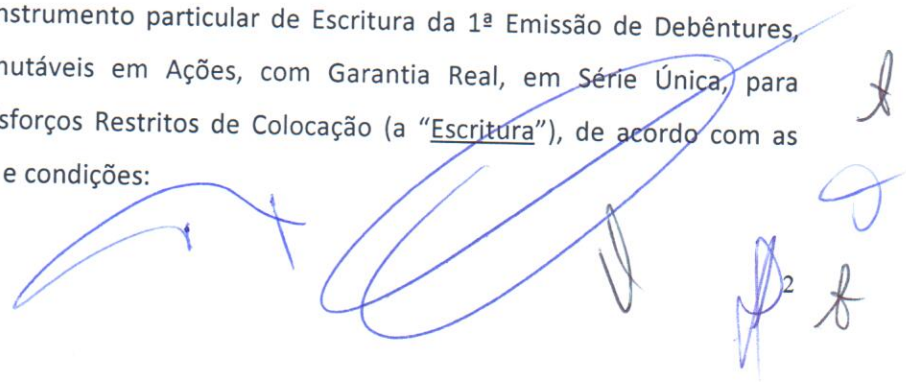
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS OU PERMUTÁVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular,

- I. **ELETROSOM S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, na Avenida XV de Novembro, n.º 1.159, Cidade Jardim, CEP 38500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.164.990/0001-36, e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE nº 31.300.094.570, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora");
- II. **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas");
- III. **NATAL ACIR ROSA**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 3.720.673 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n. 536.596.356-34, e sua mulher, **MIRIAM DE FATIMA CARDOSO ACIR**, brasileira, comerciante, portadora do RG nº MG-5.105.763, inscrita no CPF/MF sob o n. 689.540.416-91, ambos residentes e domiciliados na Rua Romualdo Resende, 295 – c5, cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, CEP 38500-000 (doravante, em conjunto, "Fiadores");

A **Emissora**, o **Agente Fiduciário** e os **Fiadores**, quando em conjunto, doravante denominadas "Partes" e, isoladamente, "Parte".

RESOLVEM celebrar este instrumento particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, não Conversíveis ou Permutáveis em Ações, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação (a "Escritura"), de acordo com as seguintes cláusulas, termos e condições:



1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A Escritura é firmada com base na autorização para a 1ª emissão de debêntures, não conversíveis ou permutáveis em ações, com garantia real, em série única (as "Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 29 de julho de 2013 (a "AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

2. REQUISITOS

2.1 Requisitos da Emissão

- 2.1.1. Realiza-se a 1ª emissão das Debêntures (a "Emissão") da Emissora, com observância dos requisitos abaixo.

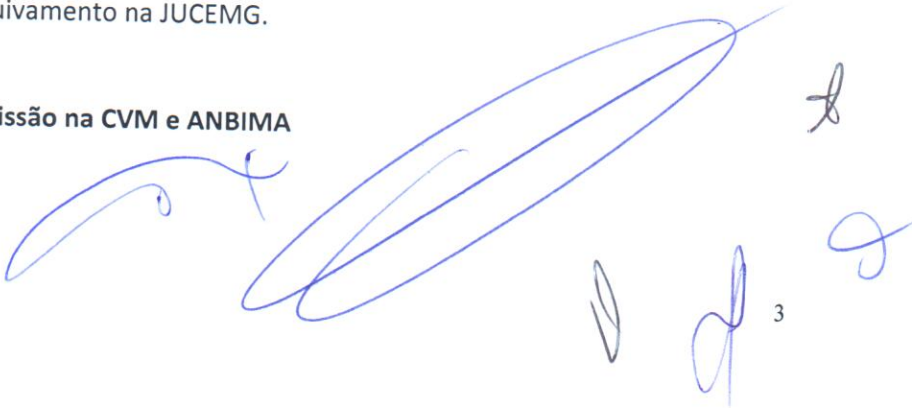
2.2 Arquivamento e Publicação da Deliberação

- 2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão foi arquivada na JUCEMG em 06 de agosto de 2013, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 15 de agosto de 2013 e no jornal Diário do Comércio em 15 de agosto de 2013, nos termos do inciso I, do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

2.3 Registro da Escritura

- 2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMG, nos termos do inciso II, artigo 62 da Lei nº 6.404/76.
- 2.3.2. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original da Escritura e dos eventuais aditamentos arquivados na JUCEMG em até 30 (trinta) dias úteis contados da obtenção do arquivamento na JUCEMG.

2.4 Dispensa de Registro da Emissão na CVM e ANBIMA



3

2.4.1. A Emissão não está sujeita a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), uma vez que será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).

2.4.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, nos termos do §1º do artigo 25 do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com distribuição com esforços restritos.

2.5 Registros para Distribuição e Negociação

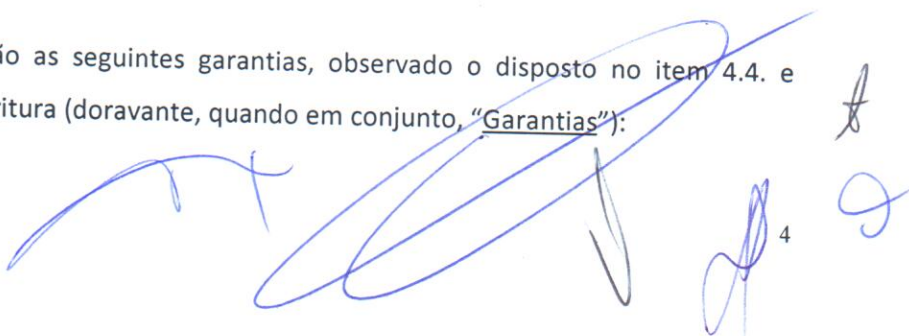
2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição primária (a) por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente através CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na CETIP.

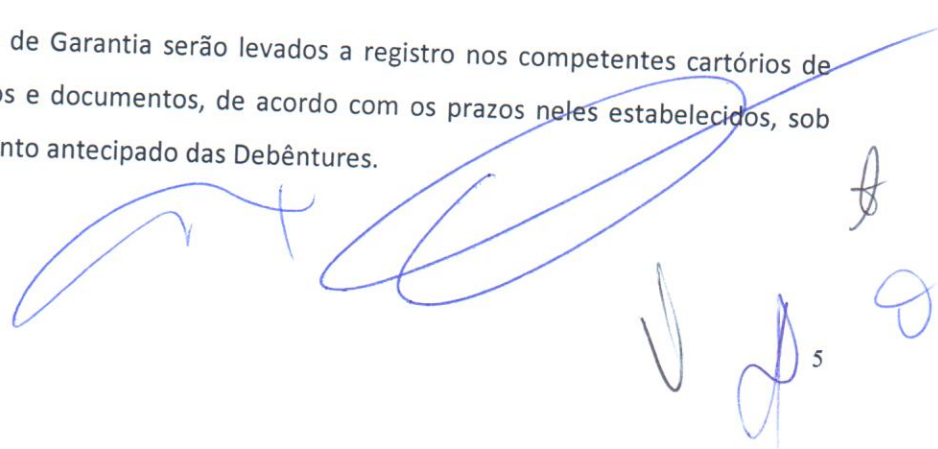
2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e desde que a Emissora esteja em dia com o cumprimento das atribuições listadas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5.3. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da presente oferta restrita, exceto se a nova oferta for submetida a registro na CVM.

2.6 Registro dos Instrumentos de Garantia das Debêntures

2.6.1. As Debêntures terão as seguintes garantias, observado o disposto no item 4.4. e seguintes desta Escritura (doravante, quando em conjunto, “Garantias”):

The image shows several handwritten signatures in blue ink. A large, loopy signature is prominent in the center, with a circle drawn around it. To the right, there are two smaller, more compact signatures. The number '4' is written in blue ink near the bottom right of the signatures.

- (a) Alienação Fiduciária de Bens Móveis, formalizada por meio de *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Móveis* (o "Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis"), por meio do qual a Emissora conferirá aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade fiduciária dos bens móveis especificados em mencionado instrumento, o qual deverá ser levado a registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos pertinentes;
- (b) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, formalizada por meio de *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia* (o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), por meio do qual a Emissora conferirá aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade fiduciária de recebíveis oriundos de vendas de produtos pela Emissora, o qual deverá ser levado a registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes;
- (c) Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, formalizada por meio de *Instrumento Particular de Promessa de Constituição e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (Aplicações Financeiras) em Garantia* (o "Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras"), por meio do qual a Emissora conferirá aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade fiduciária de aplicações financeiras de titularidade da Emissora, mantidas no Banco Itaú Unibanco S/A, composta mensalmente durante o período de carência, especificadas em mencionado instrumento, o qual deverá ser levado a registro perante os Cartórios de Títulos e Documentos pertinentes; e
- (d) Fiança dos Fiadores (doravante "Fiança", e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e com o Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, os "Instrumentos de Garantia").
- 2.6.2. Os Instrumentos de Garantia serão levados a registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, de acordo com os prazos neles estabelecidos, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures.
- 

2.6.3. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis dos registros mencionadas nesta cláusula, 1 (uma) via dos referidos contratos (bem como de qualquer aditamento aos referidos instrumentos) comprovando o referido registro, respeitados os prazos para que a Emissora providencie os respectivos registros, conforme documentos próprios.

2.6.4. A Emissora outorga ao Agente Fiduciário, neste ato, poderes bastantes para, caso a Emissora não atenda ao disposto no artigo 62, *caput*, da Lei nº 6.404/76, atuar perante qualquer órgão competente visando à formalização, arquivamento, registro, averbação e adoção de providências para a devida constituição e execução das garantias listadas nesta Escritura. Assim, fica o Agente Fiduciário, no limite de suas atribuições, autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a tomar quaisquer medidas cabíveis para o registro e/ou a execução das referidas garantias, nos termos do §2º, artigo 62 da Lei 6.404/76.

2.7. Objeto Social da Emissora

2.7.1. De acordo com o artigo 2º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social o comércio atacadista e varejista de máquinas, móveis e aparelhos de uso doméstico, equipamentos eletro-eletrônicos, produtos para informática, artigos para presentes, como brinquedos e utilidades domésticas.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Data da Emissão

3.2.1. Para todos os fins e feitos legais, a "Data de Emissão" das Debêntures será o dia 29 de agosto de 2013.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), na Data de Emissão.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

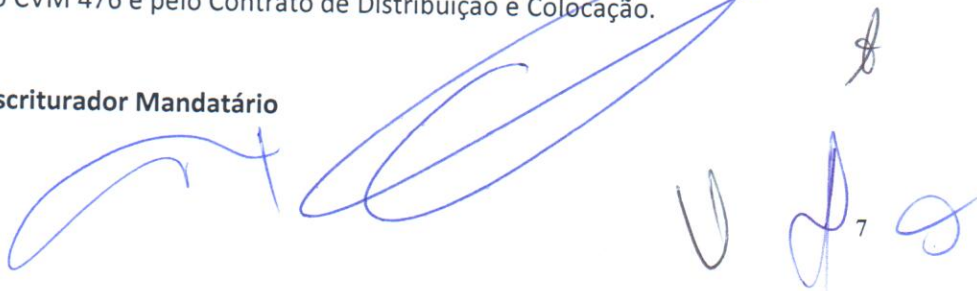
3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de melhores esforços, em conformidade com a Instrução CVM 476 e o Instrumento Particular de Distribuição e Colocação ("Contrato de Distribuição e Colocação"), a ser celebrado entre a Emissora e a **COINVALORES C.C.V.M Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 10o andar- Torre Sul, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob nº,00.336.036/0001-40, neste ato representado na forma de seu contrato social ("Coordenador").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador da oferta poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (os "Investidores Qualificados"), sendo possível a subscrição e integralização das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estarem cientes de que: (a) a oferta da Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (b) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

3.5.4. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da Data de início de Distribuição, conforme os procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM 476 e pelo Contrato de Distribuição e Colocação.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário



3.6.1. O banco liquidante da Emissão das Debêntures é o **Itaú Unibanco S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04 (E-mail: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br / luiz.petito@itau-unibanco.com.br) ("Banco Liquidante").

3.6.2. O escriturador mandatário será **Itaú Corretora de Valores S.A.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, São Paulo, SP, CNPJ nº 61.194.353/0001-64 (E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br) ("Escriturador Mandatário").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos provenientes desta Emissão deverão ser utilizados pela Emissora para pagamento parcial das obrigações da Companhia decorrentes das Cédulas de Crédito Bancário nºs 12497/11, 12498/11 e 12499/12, emitidas pela Emissora em 19 de agosto de 2011 (em conjunto, as "CCBs"), possibilitando, desta forma, o alongamento do perfil de endividamento da Emissora, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário os comprovantes de pagamento das prestações das CCBs, em até 05 (cinco) dias úteis de seu pagamento.

3.7.2. A utilização dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será realizada pela Emissora na forma estabelecida no Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, a ser celebrado pela Emissora com o Banco Liquidante ("Contrato de Conta Vinculada"), o qual estabelecerá que os recursos obtidos com a Emissão serão depositados em conta vinculada de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco Liquidante ("Conta Vinculada"), observado o disposto nos itens 4.7.4. e 4.7.5 abaixo.

3.7.3. De acordo com o quanto estará estabelecido no Contrato de Conta Vinculada, os valores depositados na Conta Vinculada, deduzidos os recursos destinados ao pagamento das despesas e comissões devidas aos prestadores de serviços da Emissão e dos Instrumentos de Garantia, serão utilizados para o pagamento das prestações devidas das CCBs.

3.7.4. As Condições Precedentes (definidas a seguir) deverão ser cumpridas em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, sendo que a liberação dos valores remanescentes da Conta Vinculada à Emissora será realizada pelo Banco Liquidante, após comunicação feita pelo Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis contados do

atendimento integral das Condições Precedentes, quais sejam: (i) da devida formalização da totalidade dos documentos relacionados à presente Emissão; (ii) da devida constituição das Garantias e registro dos Instrumentos de Garantia; (iii) da realização de todos e quaisquer eventuais registros, notificações e averbações necessárias à formalização da Escritura e Instrumentos de Garantia; (iv) da inexistência de pendências relacionadas à Escritura e aos Instrumentos de Garantia, mediante a apresentação da documentação e cumprimento das formalidades solicitadas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Condições Precedentes").

3.7.5. Adicionalmente, nos termos que constarão do Contrato de Conta Vinculada e em atendimento à destinação dos recursos obtidos em razão desta Emissão, anteriormente ao atendimento das Condições Precedentes, os recursos depositados na Conta Vinculada serão destinados ao pagamento das despesas e comissões devidas aos prestadores de serviços da Emissão e dos Instrumentos de Garantia, incluindo, mas não se limitando àqueles decorrentes da Conta Vinculada, taxas de CETIP e emolumentos de registro ou arquivamento.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Valor Nominal Unitário

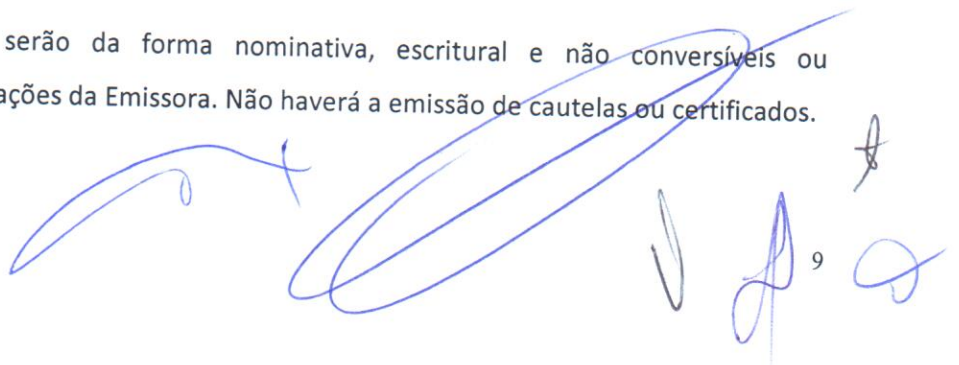
4.1.1. As Debêntures terão, na Data de Emissão, o valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) (o "Valor Nominal").

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 33 (trinta e três) Debêntures.

4.3. Forma, Conversibilidade e Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural e não conversíveis ou permutáveis em ações da Emissora. Não haverá a emissão de cautelares ou certificados.



Handwritten signatures and a large blue circular stamp are present at the bottom of the page. The stamp is a large, irregular circle with a smaller circle inside, and it contains some illegible text. There are several handwritten signatures in blue ink around the stamp and at the bottom right of the page.

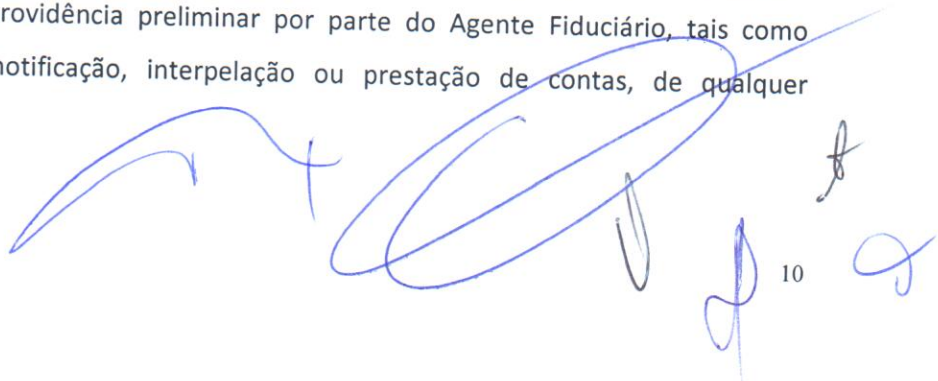
4.3.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas, emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua propriedade comprovada pelo extrato expedido pela CETIP.

4.4. Espécie e Garantias

4.4.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, contando com as Garantias consubstanciadas nos Instrumentos de Garantia mencionados nesta Escritura, conforme item 2.6.1. acima, a saber:

- (a) o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis;
- (b) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- (c) o Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras; e
- (d) a Fiança dos Fiadores os quais assinam a presente Escritura na qualidade de fiadores, principais pagadores e devedores solidários, na forma dos artigos 264, 275, 818, 897 e 898 do Código Civil Brasileiro, obrigando-se solidariamente, de maneira irrevogável e irretratável, pelo cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação aos Debenturistas, renunciando expressamente a qualquer dos benefícios de ordem e divisão conforme artigos 366 e 827, parágrafo único do artigo 829, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.4.2. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para o fim de amortizar ou liquidar o saldo devedor das Debêntures e de quaisquer outros valores devidos no âmbito desta Escritura, ficando ainda estabelecido que a excussão ou execução de qualquer das garantias independerá de providência preliminar por parte do Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.



10

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de agosto de 2018 ("Data de Vencimento").

4.7. Condições de Subscrição e Integralização

- 4.7.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido dos valores equivalentes aos Rendimentos (conforme definido abaixo) até a data de subscrição.
- 4.7.2. A subscrição das Debêntures deverá ocorrer mediante assinatura, pelos Debenturistas, da declaração de subscritor da Debênture, conforme minuta constante do Anexo III a este instrumento ("Declaração de Subscrição"). Ao assinar a Declaração de Subscrição, os Debenturistas automaticamente manifestarão sua anuência e ficarão obrigados a cumprir integralmente com todos os termos e condições desta Escritura e Instrumentos de Garantia.
- 4.7.3. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal, devidamente atualizado, por meio do Banco Liquidante ("Recursos Integralizados"), observadas as condições precedentes constantes nesta Escritura e as demais condições presentes nos Instrumentos de Garantia ("Data da Integralização").
- 4.7.4. A integralização das Debêntures deverá ser efetuada pelos Debenturistas na Conta Vinculada, que será movimentada, única e exclusivamente, mediante instruções do Agente Fiduciário.
- 4.7.5. A liberação dos Recursos Integralizados ocorrerá em observância às regras descritas no item 3.7 acima e Contrato de Conta Vinculada.

4.8. Rendimentos

4.8.1. A partir da data da 1ª (primeira) subscrição das Debêntures pelos Debenturistas ("Data de Subscrição"), as Debêntures serão remuneradas pelos juros estabelecidos nesta Cláusula ("Juros" ou "Rendimentos"). Os Juros serão apurados sobre o Valor

Nominal atualizado ou saldo do Valor Nominal atualizado pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), calculada e divulgada mensalmente pelo IBGE, à razão de um *spread* de 8% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Rendimentos deverão ser calculados conforme metodologia abaixo.

4.8.1.1. Metodologia de Cálculo das Debêntures:

Cálculo de Atualização do Valor Nominal

As Debêntures terão seu Valor Nominal ou saldo do valor nominal atualizado a partir da respectiva Data de Subscrição, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“Valor Nominal Atualizado”) calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, sendo produto da Atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa	=	Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
VNe	=	Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal) das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
C	=	fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n	=	corresponde ao número total de índices do IPCA considerados na atualização do Valor Nominal das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;
NI_k	=	corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;
NI_{k-1}	=	valor do número-índice (IPCA) do mês anterior ao mês "k";
dup	=	número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preços IPCA, sendo "dup" um número inteiro;
dut	=	número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

- O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- Considera-se data de aniversário o dia 29 (vinte e nove) de cada mês-calendário;
- Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;
- Caso no mês de atualização o número-índice não esteja disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme segue:

$$\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$$

- O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ será considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

- vi. O produto é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;
- vii. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do cálculo da atualização monetária das Debêntures, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA conhecido até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA;
- viii. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia útil anterior;
- ix. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo índice de correção substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa diária disponível conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia de Debenturistas mencionada no item anterior, a referida Assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizado para o cálculo da Remuneração, permanecendo o último IPCA conhecido anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação do novo IPCA.

Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação, a Emissora deverá propor cronograma de resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures previstas nesta Escritura.



15

A proposta de cronograma deverá conter a indicação da taxa de remuneração substituta, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época, que deverá ser definida em comum acordo pela Emissora e por Debenturistas, reunidos em nova Assembleia, representando (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em primeira convocação, ou (b) a maioria dos presentes à Assembleia Geral de Debenturistas realizada em segunda convocação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois).

Caso não haja acordo entre Emissora e Debenturistas acerca da taxa de remuneração substituta, nos termos do item anterior, a totalidade das Debêntures em circulação deverá ser resgatada antecipadamente pela Emissora, com o consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item anterior, pelo seu Valor Nominal nos termos da Escritura, acrescido da remuneração devida até a data de seu efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição ou da última data de pagamento de remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para o cálculo da remuneração aplicável às debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último número-índice IPCA disponível.

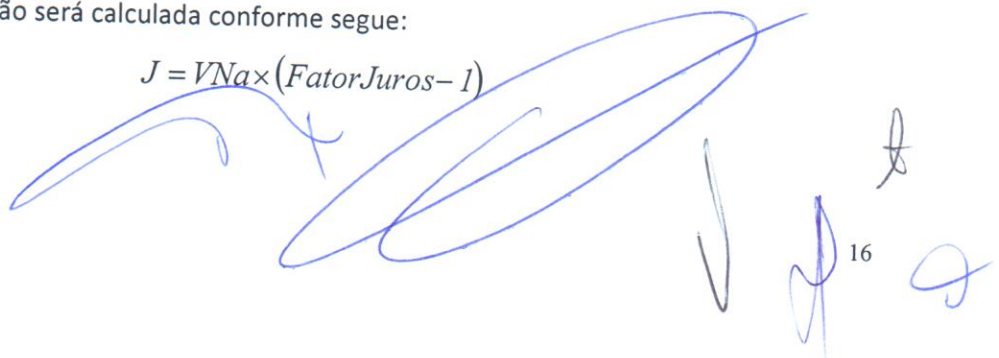
Cálculo do Spread

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures desde a Data de Subscrição ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

A remuneração será calculada conforme segue:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:



J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = valor nominal atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

.DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

.2. No caso do pagamento do resgate antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.9.1. abaixo, os Juros serão devidos somente até a data do pagamento da antecipação, não sendo devido qualquer valor, a qualquer título, em relação ao período que remanesceria, caso a antecipação não ocorresse.

4.8.1.3. Período de Capitalização: O primeiro Período de Capitalização está compreendido entre a Data de Subscrição e a data prevista para o primeiro pagamento dos juros. Os demais Períodos de Capitalização iniciam na data de término do período de capitalização anterior e terminam na data prevista para o pagamento de juros correspondente a cada período.

4.8.1.4. Pagamento dos Juros: O pagamento dos Juros será realizado mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 29 de setembro de 2013.

4.8.1.5. Pagamento de Prestações Mensais: A Emissora deverá realizar o pagamento das prestações mensais conforme procedimentos estabelecidos pela CETIP, podendo o Agente Fiduciário, em caso de atraso na prestação, utilizar os recursos mantidos no Banco Mandatário, oriundos da Garantia de aplicação financeira ("Aplicação Financeira"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, ou ainda, o saldo existente em Conta Vinculada onde são depositados os direitos creditórios em garantia, conforme regras estabelecidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Conta Vinculada.

4.8.1.5.1. Uma vez utilizados valores das Aplicações Financeiras cedidas em garantia, ou ainda, o saldo existente em Conta Vinculada onde são depositados os direitos creditórios cedidos em garantia, tais valores deverão ser recompostos pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da utilização e notificação do Agente Fiduciário neste sentido, sob pena de incidência em uma hipótese de Vencimento Antecipado.

4.9. Resgate Antecipado

4.9.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, sendo certo que tais quantias serão aplicadas na redução do Valor Nominal das Debêntures, permanecendo inalterado seu prazo de vigência. Nessa hipótese, as prestações serão integralmente corrigidas na forma prevista nessa Escritura até a data de seu efetivo pagamento. A comunicação de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas sem distinção ou ao Agente Fiduciário, na qualidade de representantes dos Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas. A Emissora realizará a oferta de resgate antecipado, total ou parcial, por meio de publicação de anúncio com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data do resgate ("Prazo Antecipatório") a ser amplamente divulgado, o qual deverá descrever os termos e condições da oferta de resgate antecipado, incluindo: (i) se o resgate será total ou parcial e, sendo parcial, o critério do sorteio, que será coordenado pelo Agente Fiduciário, (ii) a data do Resgate Antecipado, (iii) o valor do Resgate Antecipado, (iv) o

procedimento a ser adotado para a realização do Resgate Antecipado, e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.9.1.1. O resgate das Debêntures será feito pelo seu Valor Nominal Atualizado (i) acrescido do Rendimento calculado *pro rata temporis* até a data do resgate e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora. Os Debenturistas deverão se manifestar mediante notificação por escrito junto à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, com, no mínimo 4 (quatro) dias úteis de antecedência em relação à data definida para o resgate antecipado das Debêntures.

4.9.1.2. No caso das Debêntures que estejam custodiadas na CETIP, o evento seguirá os procedimentos da CETIP, que deverá ser notificada pela Emissora com cópia para o Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

4.9.1.3. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

4.9.1.4. Em caso de Resgate Antecipado, não serão devidas quaisquer tarifas de antecipação de pagamento.

4.9.1.5. Na hipótese de ocorrência de Resgate Antecipado, a Emissora não será reembolsada, proporcional ou totalmente, por qualquer valor pago antecipadamente, a qualquer título, em decorrência da Emissão.

4.9.1.6. Na hipótese de amortização antecipada parcial das Debêntures, a Emissora deverá providenciar, às suas expensas, o aditamento do Anexo IV da presente Escritura, em prazo não superior a 10 (dez) dias da notificação nesse sentido encaminhada pelo Agente Fiduciário à Emissora. Uma via original do citado aditamento deverá ser encaminhada, com aviso de recebimento, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 50 (cinquenta) dias contados da assinatura do respectivo aditamento.

4.10. Amortização

4.10.1. A Emissora efetuará amortizações das Debêntures, respeitado o disposto na Decisão Conjunta CVM e BACEN nº 13, de 14 de março de 2003. Desta forma, o valor base para cálculo das parcelas de amortização será o saldo do Valor Nominal, atualizado na forma desta Escritura a cada 12 (doze) meses, à razão dos percentuais conforme

tabela constante do Anexo IV, sendo o primeiro pagamento realizado em 29 de setembro de 2014.

4.10.2. As amortizações independem de quaisquer notificações ou formalidades adicionais.

4.11. Local de Pagamento

4.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP.

4.12. Prorrogação dos Prazos

4.12.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou quando ocorrer algum problema operacional envolvendo os sistemas operados pelas câmaras prestadoras de serviços de compensação e de liquidação que integram o sistema de pagamentos.

4.13. Encargos Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures desta Emissão, incluindo, sem limitação, o pagamento dos Rendimentos das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (ii) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.13.2. Sem prejuízo do disposto acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Rendimentos e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.14. Aquisição Facultativa pela Emissora

4.14.1. A Emissora, na forma prevista no §3º, do Art. 55, da Lei nº 6.404/76, poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal, atualizado na forma desta Escritura, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao saldo do Valor Nominal, atualizado na forma desta Escritura, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.14.2. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. Caso as Debêntures sejam recoladas no mercado, farão jus aos mesmos Rendimentos das demais Debêntures em circulação.

4.15. Publicidade

4.15.1. Os atos e decisões da Emissora que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e, quando exigido pela legislação, no jornal "Jornal do Comércio", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, devendo a Emissora comunicar por email ou carta ao Agente Fiduciário na qualidade de representante dos titulares das Debêntures qualquer publicação no mesmo dia útil da sua realização.

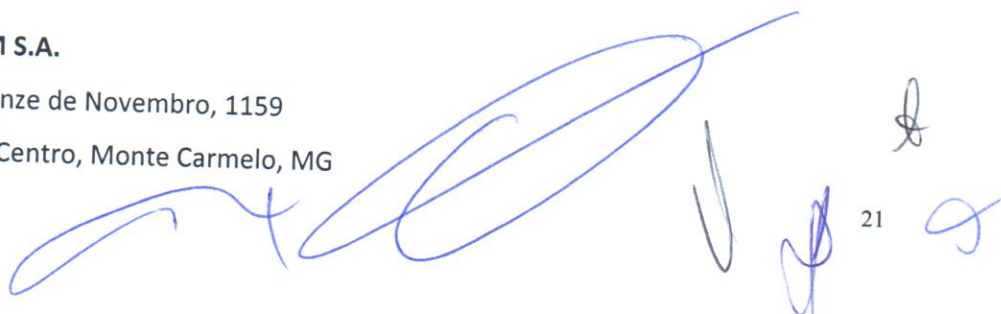
4.16. Comunicações

4.16.1. As comunicações a serem enviadas à Emissora deverão ser encaminhadas para os endereços aqui indicados. As comunicações serão consideradas na forma do item 9.6.1 abaixo. A Emissora obriga-se a informar imediatamente ao titular das Debêntures qualquer alteração destas informações.

Para a Emissora:

ELETROSOM S.A.

Avenida Quinze de Novembro, 1159
38500-000, Centro, Monte Carmelo, MG



Telefone: (34) 3221.2600

Fac-símile: (34) 3221.2610

E-mail: henrique@eletrosom.com

Atenção: Henrique Fernando Lucas

5. VENCIMENTO ANTECIPADO

- 5.1. Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário deverão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Rendimentos calculados *pro rata die* e demais encargos devidos e não pagos até a data do Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) e descontadas, em qualquer hipótese, as amortizações realizadas nos termos do item 4.10:
- (a) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura ou nos Instrumentos de Garantia, não sanadas em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação que lhe for enviado pelo titular das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
 - (b) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura ou nos Instrumentos de Garantia, sem que tal descumprimento seja sanado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de notificação enviada nesse sentido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, observados eventuais prazos descritos nos Instrumentos de Garantia;
 - (c) não cumprimento de qualquer decisão judicial ou arbitral contra a Emissora, os Fiadores, suas controladas e coligadas (ou empresas que venham a sucedê-las) em valor individual ou agregado igual ou superior R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias corridos da publicação, ciência ou intimação da decisão;
 - (d) ingresso de pedido pela Emissora e/ou Fiadores, suas controladas e coligadas (ou empresas que venham a sucedê-las) de recuperação judicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou Fiadores, suas controladas e coligadas (ou empresas que venham a sucedê-las) ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de

deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora e/ou Fiadores, suas controladas e coligadas (ou empresas que venham a sucedê-las) formular pedido de autofalência;

- (e) ingresso de pedido de falência da Emissora que totalize em conjunto ou individualmente R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) formulado por terceiros em face da Emissora suas controladas e coligadas (ou empresas que venham a sucedê-las) não devidamente elidido pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (f) seja pleiteada a insolvência civil de qualquer um dos Fiadores;
- (g) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- (h) inveracidade de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- (i) sentença prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura e/ou dos Instrumentos de Garantia ou da Fiança;
- (j) caso ocorra a alteração do controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76;
- (k) caso ocorra qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas nos Instrumentos de Garantia ou em outros contratos de garantia que venham a ser firmados no futuro;
- (l) a Emissora e/ou os Fiadores sofra protesto de títulos referentes a dívidas, conjunto ou individualmente, superior(es) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Emissora que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (m) arresto ou sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora e/ou dos Fiadores, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do fato, o arresto, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;

- (n) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou defesa da concorrência, entre outros, que possa vir afetar a capacidade operacional ou financeira da Emissora e/ ou dos Fiadores;
- (o) se a Emissora ou qualquer dos Fiadores não reforçar ou substituir, em caso de perecimento, perda, depreciação ou outro pactuado nos Instrumentos de Garantia, sempre que os Debenturistas entender(em) necessário, as garantias constituídas no âmbito da presente Emissão, dentro dos prazos fixados nesta Escritura e nos Instrumentos de Garantia;
- (p) ocorrência de mudança do controle da Emissora, bem como alienação, pela Emissora, de parcela substancial de seus ativos fora do curso normal de seus negócios, sem o prévio e expresso consentimento do Agente Fiduciário;
- (q) sem prejuízo do disposto nos itens acima, em qualquer dos casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro; ou
- (r) na hipótese de não se verificar o atendimento integral das Condições Precedentes, no prazo estipulado na item 3.7. acima.

5.1.1. A alínea(s) acima será(ao) verificada(s) pelo Agente Fiduciário mediante declaração da Emissora e, quando for o caso, dos Fiadores, que deverá ser enviada, anualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação feita nesse sentido pelo Agente Fiduciário. Essa notificação deverá ser realizada por qualquer meio escrito com aviso de recebimento, incluindo, mas não se limitando a carta, fac-símile, e-mail ou telegrama, sem prejuízo da análise das demonstrações financeiras da Emissora, pelo Agente Fiduciário.

5.1.2. Sendo constatada a ocorrência de qualquer dos eventos de Vencimento Antecipado acima, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia de Debenturistas, conforme o caso, observado o disposto na Escritura, para que estes se manifestem sobre eventual não declaração do evento de Vencimento Antecipado das Debêntures. Na hipótese de os Debenturistas, conforme o caso, não aprovarem a suspensão do evento de Vencimento Antecipado, e por consequência manterem o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora deverá pagar imediatamente aos Debenturistas, conforme o caso, o saldo devedor das Debêntures, devidamente atualizado e acrescido da Remuneração e de todos os demais acréscimos e encargos previstos nessa Escritura, devido até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação neste sentido encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 8.3. abaixo.

5.2.1. Caso, após a primeira e segunda convocações da assembleia de debenturistas não haja quórum suficiente para instalação ou deliberação, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá decretar o vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão.

5.2.2. O efetivo cumprimento da obrigação, ou a correção/cura do inadimplemento deverá ser atestado, em assembleia convocada pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, por titulares de Debêntures representando, no mínimo, a 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, o que não eximirá a Emissora do pagamento dos encargos de inadimplemento incidentes até a data do cumprimento da obrigação ou correção do inadimplemento.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Obrigações da Emissora

6.1.1. Até a integral liquidação das Debêntures e dos Instrumentos de Garantia, a Emissora obriga-se a:

- (a) cumprir, da forma e nos prazos previstos nesta Escritura, todas as obrigações pecuniárias ou não, assumidas pela Emissora nessa Escritura, em seus anexos, nos instrumentos de garantia e/ou em qualquer outro instrumento celebrado com o titular das Debêntures;
- (b) pagar os Rendimentos e as amortizações previstas nesta Escritura e quaisquer outros valores devidos aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de vencimento previstos nesta Escritura;
- (c) registrar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura desta Escritura, os Instrumentos de Garantias nela prevista;
- (d) manter as garantias oferecidas nesta Escritura em pleno vigor e eficácia até o pagamento integral das obrigações oriundas desta Escritura, bem como defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento

ou processo que possa, de qualquer forma, afetar as garantias oferecidas nesta Escritura;

- (e) não ter qualquer título de sua responsabilidade ou co-obrigação protestado ou sofrer execução ou arresto de bens, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) sem que a explicação a esse respeito tenha sido apresentada pela Emissora, no prazo que lhe tiver sido designado, não inferior a 3 (três) dias úteis, ou, sendo ou tendo sido apresentada a explicação, se a mesma não for considerada satisfatória pelos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário;
- (f) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como não adotar quaisquer medidas operacionais ou práticas comerciais que não no estrito interesse da Emissora que não sejam baseadas em princípios rigorosamente comutativos ou que, de outra forma, venham a prejudicar a evolução normal de suas atividades;
- (h) não realizar qualquer operação de transformação, sua incorporação em outra sociedade, fusão ou cisão, que implique mudança de controle;
- (i) não modificar seu objeto social, alterar substancialmente o ramo de negócios em que atualmente opera ou, por fim, total ou parcialmente, ceder, transferir ou qualquer outra forma de alienar ou mesmo reduzir seu capital social sem prévia autorização por escrito dos titulares de 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures;
- (j) manter sua atividade em regular funcionamento, tal qual a vem exercendo;
- (k) cumprir e fazer com que seus administradores cumpram os procedimentos estabelecidos nos Instrumentos de Garantia e nesta Escritura;
- (l) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações prestadas nesta Escritura e nos Instrumentos de Garantia mantendo os titulares das Debêntures e o Agente Fiduciário informados de todo e qualquer ato ou fato que possa afetar a veracidade de quaisquer das referidas declarações;
- (m) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, agindo em benefício do titular das Debêntures, a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento desta Escritura, no todo ou em parte, ou de cumprir suas obrigações oriundas de quaisquer dos Instrumentos de Garantia;

- (n) mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, dar acesso aos documentos razoavelmente solicitados por auditores ou prepostos dos titulares das Debêntures e da agência de classificação de risco, provendo-lhes todas as informações por eles razoavelmente solicitadas, inclusive: (i) informações de natureza contábil, financeira, societária ou jurídica; (ii) informações referentes ao cumprimento dos Instrumentos de Garantia e (iii) informações referentes aos bens ou direitos creditórios objeto dos Instrumentos de Garantia, se for o caso;
- (o) encaminhar aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, em até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada semestre do ano calendário, ou outro período que seja praticado pela Emissora, cópia de suas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo, declaração dos administradores da Emissora de que está em dia com as obrigações desta Escritura, memória de cálculo demonstrativa do cumprimento da garantia real (observados percentuais/valores estabelecidos nos Instrumentos de Garantia, quando aplicável), e, se for o caso, cópia do parecer da autoria externa;
- (p) providenciar e encaminhar aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, às custas da Emissora, a cada 12 (doze) meses contados desta data, relatório de avaliação de risco emitido pela agência de classificação de risco em relação a esta Escritura;
- (q) encaminhar aos titular das Debêntures e ao Agente Fiduciário informação a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado mencionados nos Instrumentos de Garantia e nesta Escritura, imediatamente após o seu conhecimento;
- (r) encaminhar aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, periodicamente, na medida em que sejam produzidos pela Emissora e sempre que solicitado, demonstrativo da conta lucros e perdas, cópia do seu balancete semestral e do balanço anual acompanhado das correspondentes demonstrações financeiras, notas explicativas e pareceres de auditores externos bem como demais informações contábeis, financeiras e sobre seus negócios que sejam razoavelmente solicitadas pelo titular das Debêntures e qualquer informação e documentos que sejam necessários à renovação do *rating* da operação (se houver), em até 5 (cinco) dias da data de solicitação. A Emissora obriga-se, ainda, a manter seus dados cadastrais devidamente atualizados junto à Escriturador Mandatário, ao Agente Fiduciário e aos titulares das Debêntures;
- e

- (s) realizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será ratificado pelo Agente Fiduciário.

6.2. Declarações da Emissora

6.2.1. A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) está devidamente constituída e em regular funcionamento, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente capacitada e autorizada a, na forma de seu Estatuto Social, celebrar esta Escritura e os Instrumentos de Garantia;
- (c) as pessoas abaixo assinadas possuem poderes suficientes para representar e obrigar a Emissora nos termos desta Escritura e dos Instrumentos de Garantia;
- (d) não foram assinados Acordos de Acionistas que contenham quaisquer cláusulas restritivas ou impeditivas do pactuado nesta Escritura e nos Instrumentos de Garantia;
- (e) sua situação econômica, financeira e patrimonial está adequadamente refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação aplicável (inclusive societária) apresentadas ao Agente Fiduciário, e até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura e dos Instrumentos de Garantia; e
- (f) a celebração dos Instrumentos de Garantia e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de: (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura dos Instrumentos de Garantia, dos quais a Emissora seja parte ou aos quais estejam vinculados, (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Emissora esteja sujeita e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Emissora.

7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Obrigações do Agente Fiduciário

7.1.1. Até a integral liquidação das Debêntures, os titulares das Debêntures e o Agente Fiduciário, este último em benefício dos titulares das Debêntures, poderão exercer, cumulativamente, todas as faculdades previstas nesta Escritura e nos Instrumentos de

7.1.4. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após as respectivas Datas de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

7.1.5. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (b) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- (c) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- (d) será realizada, dentro do prazo máximo de 30(trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- (e) a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento desta Escritura;
- (f) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

- (g) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (i) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso "d" acima; ou (ii) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso "d" não delibere sobre a matéria;
- (h) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas; e
- (i) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

7.1.6. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Emissora:

7.1.6.1. Parcelas mensais de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias úteis após a assinatura da presente Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

7.1.6.2. As parcelas de remuneração descritas acima serão faturadas pelo Agente Fiduciário acrescidas dos valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento: IR (Imposto de Renda), ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como majorações das alíquotas ora existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

7.1.6.3. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.



7.1.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.1.6.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

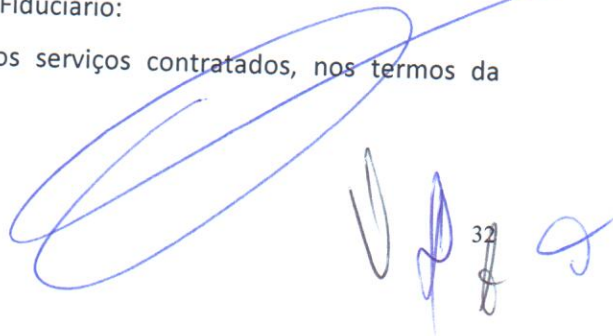
7.1.6.6. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e/ou fiscalização entre outros.

7.1.6.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou intentadas contra o mesmo. A Emissora arcará, ainda, com os honorários advocatícios sucumbências a que, eventualmente, seja condenada. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.2. Deveres do Agente Fiduciário

7.2.1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;


32

- (b) proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (f) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e Instrumentos de Garantia e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à Emissora, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação;
- (l) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (v) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da emissora ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (m) acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário e na CETIP;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (m) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo

Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

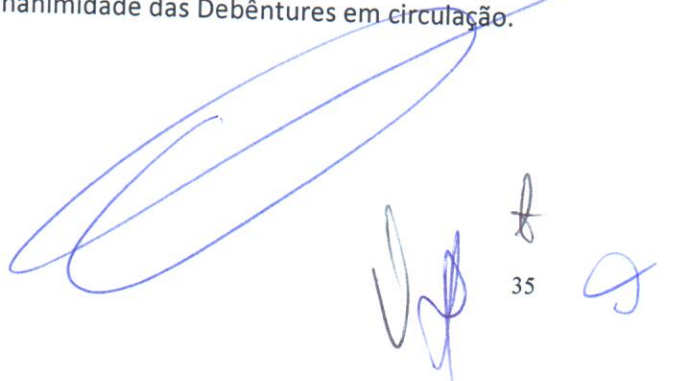
- (q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (s) ratificar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures, apresentado pela Emissora.

7.2.2. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações revistas nesta Escritura e Instrumentos de Garantia, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as garantias, se houver, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas ou requerer a falência da Emissora, se ainda não existirem garantias reais;
- (c) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.2.3. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação.

7.3. Procuração da Emissora ao Agente Fiduciário



7.3.1. A Emissora, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, como condição da presente Escritura, até a integral liquidação das Debêntures, outorga ao Agente Fiduciário os poderes necessários para praticar todos os atos previstos nesta Escritura e nos Instrumentos de Garantia. Os mandatos outorgados neste item serão objeto de instrumento autônomo, na forma do documento constante do Anexo I a esta Escritura.

8. REUNIÕES PRÉVIAS E ASSEMBLEIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS

8.1. Reuniões Prévias

8.1.1. Os titulares das Debêntures e os acionistas da Emissora concordam que, a partir desta data e durante toda a vigência da presente Escritura, se reunirão previamente à realização de qualquer Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou qualquer reunião do Conselho de Administração da Emissora, se existente (tais assembleias ou reuniões, as "Reuniões Societárias"), que tenha o propósito de deliberar sobre as seguintes matérias (as "Reuniões Prévias"):

- (a) cisão, fusão, incorporação ou transformação;
- (b) alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, de quaisquer ativos da Emissora, de valor igual ou superior, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) individualmente, ou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no agregado;
- (c) qualquer aumento ou redução do capital social da Emissora;
- (d) a contração de obrigações pela Emissora em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) individualmente, ou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no agregado;
- (e) a prestação de avais, fianças e garantias de qualquer natureza pela Emissora em valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) individualmente, ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no agregado;
- (f) a contração de novas dívidas da Emissora em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) individualmente, ou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no agregado e/ou renegociação de dívidas com grupo de credores; e
- (g) o ingresso com pedido de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial.

- 8.1.2. As Reuniões Prévias terão caráter informativo, sem prejuízo do disposto no item 8.2.2. abaixo e realizar-se-ão com antecedência mínima de 7 (sete) dias da realização da Reunião Societária. As Reuniões Prévias poderão ser realizadas por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica.

8.2. Aprovações Específicas dos Debenturistas

- 8.2.1. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures, sendo necessária, para tanto, a celebração do aditamento à presente Escritura.
- 8.2.2. A Emissora obriga-se a não praticar os atos previstos no item 8.1.1., salvo se previamente autorizada pelos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário.

8.3. Assembleias de Debenturistas

- 8.3.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 8.3.2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 8.3.3. Aplicar-se-á às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para assembleias gerais de acionistas.
- 8.3.4. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 8.3.5. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

- 8.3.6. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º, do artigo 126, da Lei nº 6.404/76.
- 8.3.7. Exceto se disposto diversamente nesta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas, inclusive quaisquer modificações nas condições das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) Debênture das Debêntures em circulação.
- 8.3.7.1. Para efeitos de quórum a que se refere esta Cláusula, serão excluídas do número de Debêntures as mantidas pela Emissora ou suas controladas ou controladoras, direta ou indiretamente, ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas mencionadas, bem como de a qualquer diretor e conselheiro da Emissora, e seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º (terceiro) grau.
- 8.3.8. Será facultada a presença dos representantes da Emissora nas assembleias de debenturistas.
- 8.3.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Renúncia

- 9.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.2. Irrevogabilidade e Irretratabilidade

9.2.1. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora e seus eventuais sucessores a qualquer título.

9.2.2. Qualquer alteração, aditamento ou modificação desta Escritura deverá ser feita por escrito e assinada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

9.3. Título Executivo Extrajudicial

9.3.1. A Emissora reconhece que esta Escritura é título executivo extrajudicial e representa dívida certa, líquida e exigível.

9.4. Independência das Disposições desta Escritura

9.4.1. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, nos 30 (trinta) dias subsequentes, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

9.5. Lei Aplicável

9.5.1. Esta Escritura é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

9.6. Notificações

9.6.1. Todos os avisos e outras comunicações de uma parte à(s) outra(s) em relação a esta Escritura devem ser elaboradas no idioma português e entregues, por escrito, à(s) destinatária(s), por uma das seguintes modalidades:

- (i) pessoalmente, mediante protocolo de recebimento, os quais serão considerados entregues na data assim indicada no protocolo de recebimento ou

- no dia útil seguinte, caso a data indicada no protocolo de recebimento não seja um dia útil;
- (ii) por correio, com aviso de recebimento (A.R.), os quais serão considerados entregues na data assim indicada no respectivo aviso de recebimento ou no dia útil seguinte, caso a data indicada no aviso de recebimento não seja um dia útil;
 - (iii) por empresa reconhecida de entrega expressa de correspondências, com postagem pré-paga, os quais serão considerados entregues na data assim indicada em seu comprovante de recebimento pelo(s) destinatário(s) ou no dia útil seguinte, caso a data indicada no comprovante de recebimento não seja um dia útil;
 - (iv) por fax, os quais serão considerados entregues na data assim indicada no comprovante de recebimento da mensagem emitida pelo aparelho do(s) destinatário(s) ou no dia útil seguinte, caso a data indicada no comprovante de recebimento não seja um dia útil; ou
 - (v) por e-mail - através de arquivo em formato pdf ou similar que contenha as devidas assinaturas do emitente do aviso ou comunicação -, os quais serão considerados entregues na data de recebimento assim indicada no sistema de e-mails do(s) destinatário(s) ou no dia útil seguinte, caso a data assim indicada no sistema de e-mails do(s) destinatário(s) não seja um dia útil.

9.6.2. Os avisos ou comunicações decorrentes desta Escritura devem ser encaminhados ao(s) respectivo(s) destinatário(s) nos endereços indicados a seguir (ou em outros endereços conforme uma das Partes possa indicar à(s) outra(s) nos termos desta cláusula):

(i) Para a Emissora:

ELETROSOM S.A.

Avenida Quinze de Novembro, 1159

38500-000, Centro, Monte Carmelo, MG

Telefone: (34) 3221.2600

Fac-símile: (34) 3221.2610

E-mail: henrique@eletrosom.com

Atenção: Henrique Fernando Lucas

(ii) Para o Agente Fiduciário:

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais

CEP 38500-000

Tel. (34) 3221.2600

E-mail: natalacir@gmail.com.br

9.7. Foro e Arbitragem

- 9.7.1. As Partes, desde já, concordam que, deverão envidar os seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias que surgirem da presente Escritura. Ocorrendo qualquer controvérsia, a parte interessada na sua resolução deverá encaminhar, à outra, notificação escrita com o propósito de manter negociações amigáveis e de boa-fé a fim de resolvê-la no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação.
- 9.7.2. Se, expirado o prazo referido no item 9.7.1, não chegarem as partes a um consenso amigável a respeito da controvérsia, ela será obrigatoriamente submetida a arbitragem de acordo com as regras do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP e administrada pelo próprio Centro de Arbitragem da CIESP/FIESP ("CIESP/FIESP"), com exceção das situações em que haja inexecução de obrigações líquidas e certas que comportem processo judicial de execução.
- 9.7.3. Caso as regras procedimentais da CIESP/FIESP sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem").
- 9.7.4. Ao tribunal arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.
- 9.7.5. O tribunal arbitral será formado por 3 (três) árbitros, sendo um nomeado pela(s) Parte(s) demandante(s), o outro pela(s) Parte(s) demandada(s) e o terceiro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será nomeado pelos árbitros indicados pelas Partes. Na hipótese de os árbitros indicados pelas Partes não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, este será designado segundo as regras da

CIESP/FIESP, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar o aludido impasse.

- 9.7.6. A arbitragem será realizada na cidade de São Paulo e se regerá pelas leis brasileiras, afastado o julgamento por equidade. Seu idioma será o português.
- 9.7.7. O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, estarão sujeitos ao sigilo.
- 9.7.8. A sentença arbitral a ser prolatada pelo tribunal arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as Partes, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no art. 30 da Lei de Arbitragem.
- 9.7.9. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das partes se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelas partes, com o objetivo de: (i) assegurar a instituição da arbitragem; (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem; (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive a sentença arbitral, e (iv) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Na hipótese de as partes recorrerem ao Poder Judiciário nas situações acima, o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial, inclusive quanto às situações em que haja inexecução de obrigações líquidas e certas que comportem processo judicial de execução.
- 9.7.10. A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem será determinada em conformidade com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da CIESP/FIESP ou pelo Tribunal Arbitral.



Monte Carmelo, 29 de agosto de 2013.



ELETROSOM S.A.

(Emissora)

55 - São Paulo
Tel: 3045-0515

15
Tobaligo

Sérgio Luiz Verardi Dias

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A..

(Agente Fiduciário)

Sérgio Luiz Verardi Dias
222.186.658-40
Dep. Jurídico

João Malina Ferraz Sampaio

Cartório
Registro Civil

Cartório
Registro Civil

Paulino Botelho de Abreu Sampaio

COINVALORES C.C.V.M. LTDA.

(Coordenador)

FIADORES:

NATAL ACIR ROSA

MIRIAM DE FATIMA CARDOSO ACIR

Testemunhas:

1. Agivaldo A. Rodrigues
Nome: AGIVALDO A. RODRIGUES
RG: M-7-277.041 SSP-MG
CPF: 952.361.476-20

2. Marina Alves Langoni
Nome: MARINA ALVES LANGONI
RG: MG-13491630
CPF: 064.663.196-95

(Esta página é parte integrante do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO
CONVERSÍVEIS OU PERMUTÁVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO datado de 29 de agosto de 2013)

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5148361
EM 17/09/2013
#ELETROSOM S/A#

PROTOCOLO: 13/719.447-1

SECRETARIA DE PAULINOMIM

1º SERVIÇO NOTARIAL - UBERLÂNDIA (MG) - Tabelião: CARLOS ANTÔNIO DE
Av. Cesário Alvim, 913 - Centro - Telefax: (34) 3236-0433 - CEP 38400-694
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) abaixo:
NATAL ACIR ROSA, NATAL ACIR ROSA *****
Uberlândia, 03/09/2013
Em Testo da verdade.
Jéssica Oliveira de Avila
Emol.: R\$7,38 T.F.J.: R\$2,30 Total: R\$9,68

SERVIÇO NOTARIAL
1º
do Estado de Minas Gerais
Uberlândia
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BND 55224
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BND 55223

JUCEMG

ANEXO I - PROCURAÇÃO

ELETROSOM S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, na Avenida Quinze de Novembro, n.º 1.159, Cidade Jardim, CEP 38500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.164.990/0001-36, e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31.300.094.570, por seus representantes legais abaixo assinados, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, como condição do instrumento particular de 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real ("Escritura") e suas garantias, a saber: (i) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis; (ii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras; e (iv) Fiança (os "Instrumentos de Garantia"), até a integral liquidação das obrigações garantidas pelos Instrumentos de Garantia, outorga à **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42, os poderes necessários para praticar, em seu nome, todos os atos previstos na Escritura e nos Instrumentos de Garantia, e em especial: (i) praticar todos e quaisquer atos necessários para registrar as alienações fiduciárias, nos termos dos Instrumentos de Garantia; (ii) praticar todos e quaisquer atos necessários para a eficácia dos Instrumentos de Garantia, especialmente nos casos de vencimento antecipado; e (iii) fiscalizar o cumprimento das obrigações da OUTORGANTE, podendo praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, por mais especiais que sejam.

Monte Carmelo, 29 de agosto de 2013.


ELETROSOM S.A.

ANEXO II

INFORMAÇÕES DO ENCERRAMENTO DA OFERTA PÚBLICA DE VALORES MOBILIÁRIOS DISTRIBUÍDA COM ESFORÇOS RESTRITOS

OFERTANTE Nome: CNPJ: Tipo societário: Página na rede mundial de computadores:
EMISSION Nome: CNPJ: Tipo societário: Página na rede mundial de computadores:
Nome do intermediário líder e das demais instituições intermediárias envolvidas na distribuição, se houver:
DADOS DA OFERTA Quantidade de valores mobiliários objeto da oferta: Espécie: Classe: Forma: Preço unitário: Valor total subscrito ou adquirido na oferta: Data de início da oferta: Data de encerramento da oferta: Dados finais de colocação, nos termos do anexo VII da Instrução CVM nº 400, de 2003:

ANEXO III

Declaração de Subscritor para Fins da Instrução CVM nº 476/09

Qualificação do Subscritor

Nome / Razão Social:			CNPJ/CPF:		
Endereço:			Nº	Complemento:	
Bairro:	CEP:	Cidade:	U.F.:	País:	Telefone:

Declaro, para os fins do artigo 7º e 11º, inciso V, da Instrução CVM nº 476/09, que estou ciente de que:

- (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e
- (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e na Escritura.

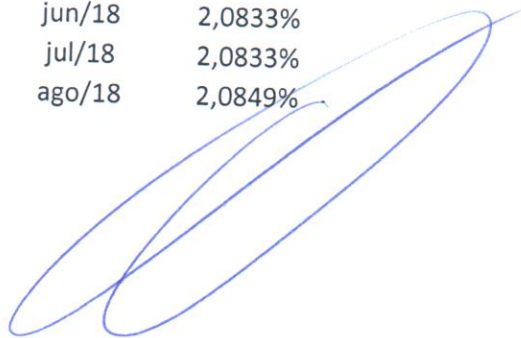
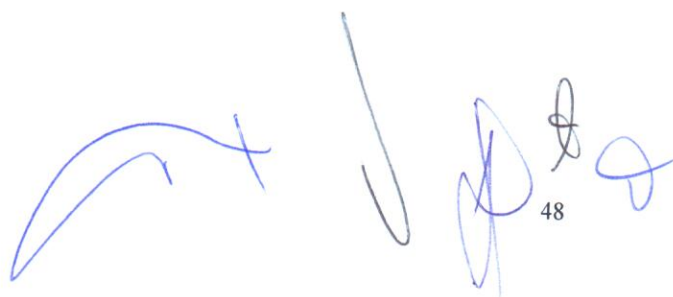
[Data]

Assinatura do Subscritor ou Representante(s) Legal(is)

ANEXO IV

TABELA DE AMORTIZAÇÃO

Data	% Amortização	Data	%Amortização
		mar/16	2,0833%
		abr/16	2,0833%
		mai/16	2,0833%
		jun/16	2,0833%
		jul/16	2,0833%
		ago/16	2,0833%
		set/16	2,0833%
		out/16	2,0833%
		nov/16	2,0833%
		dez/16	2,0833%
		jan/17	2,0833%
		fev/17	2,0833%
set/14	2,0833%	mar/17	2,0833%
out/14	2,0833%	abr/17	2,0833%
nov/14	2,0833%	mai/17	2,0833%
dez/14	2,0833%	jun/17	2,0833%
jan/15	2,0833%	jul/17	2,0833%
fev/15	2,0833%	ago/17	2,0833%
mar/15	2,0833%	set/17	2,0833%
abr/15	2,0833%	out/17	2,0833%
mai/15	2,0833%	nov/17	2,0833%
jun/15	2,0833%	dez/17	2,0833%
jul/15	2,0833%	jan/18	2,0833%
ago/15	2,0833%	fev/18	2,0833%
set/15	2,0833%	mar/18	2,0833%
out/15	2,0833%	abr/18	2,0833%
nov/15	2,0833%	mai/18	2,0833%
dez/15	2,0833%	jun/18	2,0833%
jan/16	2,0833%	jul/18	2,0833%
fev/16	2,0833%	ago/18	2,0849%

ANEXO V

RELAÇÃO DE AFILIADAS

AFILIADAS DA ELETROSOM S.A..

Filial	CNPJ	Endereço	Cidade	UF
1 – Goiânia	22.164.990/0071-49	Av Anhanguera , 4596 Centro	Goiânia	GO
2 – Uberada	22.164.990/0070-68	Av Leopoldino de Oliveira ,3615 Centro	Uberaba	MG
3 – Capinópolis	22.164.990/0069-24	Av 102 , 711 Centro	Capinópolis	MG
4 – Bom Jesus	22.164.990/0068-43	Av : Goiás , 704 Centro	Bom Jesus de Goiás	GO
5 – Arcos	22.164.990/0006-40	Av Governador Valadares , 263 Centro	Arcos	MG
6 – São Gotardo	22.164.990/0066-81	R Bento Ferreira dos Santos, 175 Centro	São Gotardo	MG
7 – Pires do Rio	22.164.990/0067-62	Av Castelo Branco , 15 Setor Central	Pires do Rio	GO
8 – Mineiros	22.164.990/0065-09	Av Antônio Carlos Paniago, 83 Centro	Mineiros	GO
9 – Montes Claros IV	22.164.990/0062-58	Av Francisco caetani , 1000 Major Prates	Montes Claros	MG
10 – Luziânia	22.164.990/0063-39	R Dr. Elzio Carneiro , 223 Centro	Luziania	GO
11 – Valparaíso	22.164.990/0057-90	R 19 QD 60 LT 17 , s/n Jardim Oriente	Valparaizo	GO
12 – Divinópolis II Shop	22.164.990/0060-96	R Goiás , 480 Centro	Dvinópolis	MG
13 – Formosa	22.164.990/0058-71	R Visconde de Porto Seguro , 620 Centro	Formosa	GO
14 – Planaltina	22.164.990/0059-52	QA 04 MC LOTES 02/03 Setor Norte	Planaltina	GO
15 – Uberlândia IV	22.164.990/0055-29	Av João Pinheiro , 1154 Aparecida	Uberlândia	MG
16 – Uberlândia III	22.164.990/0056-00	Av José Fonseca e Silva Luizote de Freitas	Uberlândia	MG
18 – Itumbiara	22.164.990/0053-67	R Santa Rita , 115 Centro	Itumbiara	GO
19 – Bom Despacho	22.164.990/0054-48	Praça da Matriz , 164 Centro	Bom Despacho	MG
20 – Morrinhos	22.164.990/0052-86	Av Senador Hermenegildo de Moraes Centro	Morrinhos	GO
22 – Pompeu	22.164.990/0050-14	Rua Osvaldo Alves , 104 Centro	Pompéu	MG
23 – Sete Lagoas	22.164.990/0049-80	R Lassance Cunha , 44 Centro	Sete Lagoas	MG
24 – Sacramento	22.164.990/0048-08	Av Vigário Paixão , 42 Centro	Sacramento	MG
25 – Araxá	22.164.990/0047-19	R Presidente Olegário Maciel , 69 Centro	Araxá	MG
26 – Brasília de Minas	22.164.990/0045-57	R Coronel Sansão , 334 Centro	Brasília de Minas	MG
27 – Montes Claros III	22.164.990/0046-38	R Carlos Gomes , 89 Centro	Montes Claros	MG

28 – Nova Serrana	22.164.990/0044-76	R Antônio Martins Centro	Nova Serrana	MG
29 – Prata	22.164.990/0043-95	R Joaquim Fernandes , 96 Centro	Prata	MG
30 – Lagoa da Prata	22.164.990/0042-04	Av Benedito Valadares , 826 Centro	Lagoa da Prata	MG
31 – Jataí	22.164.990/0039-09	Av Goiás , 1033 Centro	Jataí	GO
32 – Monte Alegre	22.164.990/0041-23	Av 16 de Setembro , 342 Centro	Monte Alegre	MG
33 – Rio Verde	22.164.990/0038-28	Av Presidente Vargas , 1053 Centro	Rio Verde	GO
34 – Caldas Novas	22.164.990/0037-47	Rua Augusto Antônio Guimarães , s/n Centro	Caldas Novas	GO
35 – Araguari	22.164.990/0036-66	R Rui Barbosa , 110 Centro	Araguari	MG
36 – Brasilândia	22.164.990/0035-85	R João Alves , 432 Planalto	Brasilândia	MG
37 – Catalão	22.164.990/0034-02	Av Vinte de Agosto , 1397 Centro	Catalão	GO
38 – Bocaiuva	22.164.990/0033-13	Av Francisco Dumont , 375 Centro	Bocaiúva	MG
39 – Montes Claros	22.164.990/0030-70	R Padre Augusto , 342 Centro	Montes Claros	MG
40 – Januária	22.164.990/0031-51	R Cel. Serrão , 169 Centro	Januária	MG
41 – Iturama	22.164.990/0032-32	Praça Dona Francisca Justilhiana de Andrade N° 95 Centro	Iturama	MG
42 – Janaúba	22.164.990/0029-37	Av Do Comercio , 214 Centro	Janaúba	MG
43 – Uberlândia II	22.164.990/0028-56	Av Afonso Pena , 228 Centro	Uberlândia	MG
44 – Ibiá	22.164.990/0027-75	Rua Vinte , 488 Centro	Ibiá	MG
45 – Várzea da Palma	22.164.990/0025-03	R Joaquim Marques Carvalho , 764 Centro	Várzea da Palma	MG
46 – Montes Claros	22.164.990/0026-94	R Rui Barbosa , 64 Centro	Montes Claros	MG
47 – Frutal	22.164.990/0024-22	Praça Rui Barbosa , 02 Centro	Frutal	MG
48 – Curvelo	22.164.990/0023-41	Av Pedro II , 149 Centro	Curvelo	MG
49 – Uberlândia	22.164.990/0019-65	Praça Tubal Vilela , 27 Centro	Uberlândia	MG
50 – Pirapora	22.164.990/0022-60	Rua Rodolfo Mallard, 37 Centro	Pirapora	MG
51 – Monte Carmelo I	22.164.990/0003-06	Praça Rio Branco , 166 Centro	Monte Carmelo	MG
52 – Monte Carmelo II	22.164.990/0008-02	Praça Getúlio Vargas , 8 Centro	Monte Carmelo	MG
53 – Iraí de Minas	22.164.990/0002-17	Rua Sete de Setembro , 17 Centro	Iraí de Minas	MG
54 – Coromandel	22.164.990/0004-89	Av Governador Israel Pinheiro , 22 Centro	Coromandel	MG
56 – Vazante	22.164.990/0007-21	R João Claudio , 406 Centro	Vazante	MG
59 – Goiatuba	22.164.990/0072-20	Av Presidente Vargas , 644 Centro	Goiatuba	MG
60 – Patrocínio	22.164.990/0009-93	Av Faria Pereira , 2326 Centro	Patrocínio	MG
61 – Nova Ponte	22.164.990/0005-60	R Maria Alves Pereira , 641	Nova Ponte	MG
62 – Paracatu I	22.164.990/0011-08	Av Deputado Quintino Vargas , 465 Centro	Paracatu	MG
65 – Unaí	22.164.990/0012-99	Av Governador Valadares , 1099 Centro	Unaí	MG
66 – Buritizeiro	22.164.990/0073-00	Av Manoel Joaquim de Melo , 522	Buritiz	MG

		Centro		
67 – João Pinheiro	22.164.990/0014-50	Praça Major Mendonça , 454 Centro	João Pinheiro	MG
68 – Santa Helena	22.164.990/0075-72	R Eduvaldo Veloso Do Carmo , 420 Centro	Santa Helena de Goiás	GO
69 – Iporá	22.164.990/0074-91	Av Goiás QD 78 LT 181 , Nº 122 Centro	Iporá	GO
70 – Abadia Dourados	22.164.990/0017-01	Praça Manoel Esteves dos Santos, 66 Centro	Abadia Dos Dourados	MG
71 – Patos de Minas	22.164.990/0010-27	R Olegário Maciel , 296 Centro	Patos de Minas	MG
72 – Três Marias	22.164.990/0020-07	Av Carlos Chagas , 51 Centro	Três Marias	MG
73 – Ituiutaba	22.164.990/0016-12	R 22 , 688 Centro	Ituiutaba	MG
76 – Tupaciguara	22.164.990/0015-31	R Bueno Brandão , 185 Centro	Tupaciguara	MG
77 – Cristalina	22.164.990/0021-80	R J.J. Taveira , 480 Setor Central	Cristalina	GO
100 – Goiânia II	22.164.990/0078-15	Av Araguaia , 512 – 1º pavimento, QD 51 – LT 74 Centro	Goiânia	GO
101 – Goiânia III	22.164.990/0079-04	Av Anhanguera , 4601 – QD 51 LT 120 Centro	Goiânia	GO
102 – Campinas I – Goiânia	22.164.990/0077-34	Av 24 de Outubro, 1781 – QD 36 LT 06 Setor Campinas	Goiânia	GO
103 – Pará de Minas	22.164.990/0076-53	R Benedita Valadares , 131 Centro	Pará de Minas	MG
104 – Indianópolis	22.164.990/0080-30	Praça Urias José da Silva, 52 Centro	Indianópolis	MG
105 – Inhumas	22.164.990/0082-00	R Goiás , 546 Centro	Inhumas	GO
106 – Aparecida – Garavelo	22.164.990/0083-82	Av da Igualdade , Qd 118 Lt 18 Setor Garavelo	Aparecida de Goiânia	GO
107 – Trindade	22.164.990/0089-78	Av Manoel Monteiro (antiga Marechal Rondon), LT 10 QD 34 Centro	Trindade	GO
108 – São Francisco	22.164.990/0084-63	Av Montes Claros , 419 Centro	São Francisco	MG
109 – Vitória da Conquista I	22.164.990/0090-01	Praça Barão do Rio Branco , 34 - subsolo e 1º andar Centro	Vitória da Conquista	BA
110 – Salinas	22.164.990/0087-06	Av João Pena Sobrinho esq. R Abdenago Lisboa , 120 Alvorada	Salinas	MG
111 – Monte Azul	22.164.990/0086-25	Praça Coronel Jonathas , 298 Centro	Monte Azul	MG
112 – Campinas II – Goiânia	22.164.990/0091-92	Av 24 de Outubro , 1367 Setor Campinas	Goiânia	GO
113 – Jaíba	22.164.990/0085-44	Av Cel Moacir José Silva , 665 Centro	Jaíba	MG
114 – Porteirinha	22.164.990/0088-97	Praça Cel Odilon Coelho , 105 Centro	Porteirinha	MG
115 – Uberlândia V	22.164.990/0097-88	Av Afonso Pena , 459 Centro	Uberlândia	MG
116 – Vitória da Conquista II	22.164.990/0093-54	R Lauro de Freitas , 181 Centro	Vitória da Conquista	BA
117 – Aparecida – Centro	22.164.990/0094-35	Rua Abraão Lourenço de Carvalho , Qd 24 , Lt 09/10 Centro	Aparecida de Goiânia	GO

118 – Pirenópolis	22.164.990/0095-16	Av Benjamim Cosntant , 14 Centro	Pirenópolis	GO
119 – Luz	22.164.990/0096-05	Praça Marcos Evangelista de Resende , 39 Centro	Luz	MG
120 – Taiobeiras	22.164.990/0101-07	Rua Salinas , 410 Centro	Taiobeiras	MG
121 – Carmo do Paranaíba	22.164.990/0102-80	Rua Aristides de Melo N° 532 Centro	Carmo Do Paranaíba	MG
123 – Varjão de Minas	22.164.990/0098-69	Av Jovino Mariano Gomes , 991 Centro	Varjão de Minas	MG
124 – Diamantina	22.164.990/0103-60	Praça Largo Dom João , 62 Centro	Diamantina	MG
125 – Guanambi	22.164.990/0099-40	Praça Gercino Coelho , 30 Centro	Guanambi	BA
126 – Jequié	22.164.990/0104-41	R Alves Pereira , 38 Centro	Jequié	BA
127 – Uberaba II	22.164.990/0106-03	Avenida Leopoldino de Oliveira, 3512 Centro	Uberaba	MG
128 – Cidade Ocidental	22.164.990/0105-22	Super Quadra 16, Qd 08, Lt 28 e 29 Centro	Cidade Ocidental	GO
130 – Anápolis I	22.164.990/0108-75	R Engenheiro Portela , 166 C -01 Centro	Anápolis	GO
131 – Buritis	22.164.990/0113-32	Av Bandeirantes , 873 Centro	Burutis	MG
132 – Senador Canedo	22.164.990/0110-90	R Dom Emanuel Qd 01 Lt 12 Setor Central	Senador Canedo	GO
133 – Goiânia N. Esperança	22.164.990/0109-56	Av Central , 1058 QD 150, LT 06 e13 Jardim Nova Esperança	Goiânia	GO
134 – Quirinópolis	22.164.990/0116-85	Av Brasil , 128 Centro	Quirinopolis	GO
135 – Delta	22.164.990/0114-13	Av José Agostinho Filho , 246 Centro	Delta	MG
136 – Uberlândia VI (São Jorge)	22.164.990/0115-02	R Altivo Ferreira Batista , 166 Residencial Viviane	Uberlândia	MG
137 – Itapagipe	22.164.990/0118-47	Rua 10 , 870 Centro	Itapagipe	MG
138 – Campina Verde	22.164.990/0119-28	Avenida 11 , 703 Centro	Campina Verde	MG
139 – Montes Claros VI	22.164.990/0117-66	Av Donato Quintino , 90 salas E-54/55/56/57 Cidade Nova	Montes Claros	MG
141 – Ipiaú	22.164.990/0123-04	Rua 2 de Julho , 150 Centro	Ipiaú	BA
142 – Capelinha	22.164.990/0122-23	Rua das Flores, 580 Centro	Capelinha	MG
143 – Santa Vitória	22.164.990/0121-42	R. Genésio Franco de Moraes esq c/ R Paranaíba s/n Centro	Santa Vitória	MG
144 – Brumado	22.164.990/0124-95	Av Dr.Antônio Mourão Guimarães , 150 Centro	Brumado	BA
145 – São Luís de Montes Belos	22.164.990/0127-38	Av Hermôgenes Coelho , 2314 QD20 Lt 04,05 e 11 Setor Rodoviário	S.Luiz dos Mtes Belos	GO
147 – Conceição das Alagoas	22.164.990/0126-57	Av Brasil , 555 Centro	Conceição das Alagoas	MG
148 – Lagoa Formosa	22.164.990/0128-19	R Euripedes Ribeiro , 804 Centro	Lagoa Formosa	MG
149 – Itaúna	22.164.990/0137-00	Rua Silva Jardim , 265 Centro	Itaúna	MG
150 – Porangatu	22.164.990/0130-33	Av Adelino Américo Azevedo ,145 Centro	Porangatu	GO
151 – Uruaçu	22.164.990/0135-48	Av Tocantins , 72 Qd 27 , LT 07	Uruaçu	GO

		Centro		
152 – Minaçu	22.164.990/0131-14	Av Maranhão, 900 Centro	Minaçu	GO
153 – Jaraguá	22.164.990/0134-67	Av Coronel Tubertino Rios, 337 Qd 07, Lt 03 Centro	Jaraguá	GO
154 – Jussara	22.164.990/0132-03	Av Marechal Rondon Qd 09, Lt 05 Centro	Jussara	GO
155 – Barra do Garça	22.164.990/0129-08	Rua Mato Grosso , 745 Centro	Barra do Garça	MT
156 – Corinto	22.164.990/0136-29	Rua Coronel Ricardo Gregório , 392 Centro	Corinto	MG
157 – Campos altos	22.164.990/0139-71	Rua Tiradentes 538 Centro	Campos Altos	MG
158 – Ceres	22.164.990/0140-05	Av Bernado Sayao Centro	Ceres	GO
159 – Goianésia	22.164.990/0144-39	Av Goiás, 280 Centro	Goianésia	GO
160 – Pio XII	22.164.990/0141-96	Av Pio XII, 01 Cidade Jardim	Goiania	GO
162 – vitória da conquista	22.164.990/0143-58	Av Itabuna 2572 Brasil	Vitória da Conquista	BA
163 - Santo Antonio descoberto	22.164.990/0154-00	Q. 54 LT 21/22 LJ 02 03 E 04 Centro	santo antonio do descoberto	GO
164 - Sãp Sebastião	22.164.990/0155-91	VL NOVA RUA 03 LT 50 São Sebastião	Brasilia	DF
165 - Brazlandia	22.164.990/0156-72	St norte qd, 03 bl a lt 06 e 07 Braslandia	Brasilia	DF
166 - Caetité	22.164.990/0151-68	Av. Santana, 99 Centro	Caetité	BA
167 - Paranoá	22.164.990/0157-53	Av. Paranoa, 11 Centro	brasilia	DF
168 - Ilhéus	22.164.990/0152-49	Av. Itabuna, 1491 sl 01 a 08 Centro	Ilhéus	BA
169 - Vila Brasilia	22.164.990/0153-20	Av. ruda, q 41 - lt 07 Vila Brasilia	Aparecida de goiania	GO
172 – Teofilo otoni	22.164.990/0148-62	R. Epaminondas otoni, 935 Centro	Teofilo Otoni	MG
173 - Ceilândia	22.164.990/0161-30	q cnm qd 01 bl e lj 02	Brasilia	DF
174 – Conselheiro Lafaiete	22.164.990/0145-10	Av. Pref. Telesforo Candido de Resende Centro	Cons. Lafaiete	MG
175 - Núcleo Bandeirantes	22.164.990/0159-15	Terceira Avenida lote 460 Nucleo dos Bandeirantes	Brasilia	DF
176 – Juiz de fora	22.164.990/0147-81	Rua Batista de Oliveira N° 615 Centro	Juiz de Fora	MG
177 – Juiz de Fora	22.164.990/0146-09	R. Halfeld, 822 Centro	Juiz de Fora	MG
178 – Governador Valadares	22.164.990/0149-43	R. Israel Pinheiro, 2672 Centro	Governador Valadares	MG
179 – Governador Valadares	22.164.990/0150-87	R.Barbara Heliodora, 399 Centro	Governador Valadares	MG
180 - Leopoldina	22.164.990/0162-10	R. Barão de cotegipe, 264 Centro	Leopoldina	MG
181 - Bambui	22.164.990/0163-00	R.José Augusto Chaves, 299 Centro	Bambui	MG
182- Paraopeba	22.164.990/0013-70	R. isaías correa, 142 Centro	Paraopeba	MG
183 - Ipatinga	22.164.990/0100-18	Av. Vinte e oito de Abril, 240 Centro	Ipatinga	MG
184 - Turmalina	22.164.990/0125-76	R. Antônio Alves, 89 Centro	Turmalina	MG
185 - Ipameri	22.164.990/0165-63	pça: da liberdade, 35 - A Setor	Ipameri	GO

		Central		
186 - Itapuranga	22.164.990/0164-82	Rua. 50-A, com a Rua45, QD01 Lote7A Vila Nova	Itapuranga	GO
187 - Cataguases	22.164.990/0128-19	R. Visconde do Rio Branco, 122 Centro	cataguases	MG
193 - Cidade Livre	22.164.990/0120-61	R. 22, s/n qd 044 Lt 0012 Independencia	aparecida de Goiania	GO
194 - Timóteo	22.164.990/0167-25	Av. Jovino augusto da silva, 25 Bromelias	Timoteo	MG
196 - Ubá	22.164.990/0051-03	Av. Cristiano Rocas, 181 Centro	Ubá	MG
197 - Livramento	22.164.990/0173-73	Av. Deputado Leonidas Cardoso, 200 Centro	Livramento de Nossa Senhora	BA
198 - Caculé	22.164.990/0172-92	Av. Conego Miguel Monteiro S/N Loja Centro	Caculé	BA
199 - Eunapolis	22.164.990/0171-01	Av. Porto Seguro N° 680 Centro	Eunapolis	BA
200 - Caratinga	22.164.990/0168-06	Av. Maria Catarina Cimini, 186 Centro	Caratinga	MG
202- Rio Paranaíba	22.164.990/0175-35	Rua João Leandro N° 1416 Centro	Rio Paranaíba	MG
203 - Espinosa	22.164.990/0177-05	Rua da Bahia N° 55 Centro	Espinosa	MG
204 - Center Shopping UDIA	22.164.990/0174-54	Av. João Naves de Avila, 1331 Loja 128 Saraiva	Uberlândia	MG
206 - Abaete	22.164.990/0176-16	Rua Getulio Vargas N° 20 Centro	Abaete	MG
207- Nanuque	22.164.990/0178-88	Av. Santos Dumont N° 266 Centro	Nanuque	MG
209- Itabuna	22.164.990/0181-83	Av Cinquentenario 784 Centro	Itabuna	BA